

**IDENTIDADE INDÍGENA EM UMA FRONTEIRA DO BRASIL  
COLONIAL: PRÁTICAS NOMINATIVAS EM RIO PARDO  
(1755-1765)<sup>1</sup>**

*Alysson de Avila Costa<sup>2</sup>*

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é analisar as práticas nominativas da freguesia de Rio Pardo entre 1755-1765, em uma perspectiva comparativa entre a prática da América lusa, a população da freguesia como um todo e a parcela indígena da freguesia. Para isso, utilizaram-se os dois primeiros livros de batismos, sendo o primeiro (1755-1761) um livro para registro da população como um todo e o segundo (1758-1765) para registros exclusivamente de indígenas – estes oriundos majoritariamente dos Sete Povos das Missões. Os resultados mostram uma prática nominativa diferenciada para os últimos. Sugere-se uma influência da tutela jesuítica sobre as práticas nominativas desses indígenas e a manutenção de uma identidade étnica pautada em parte em escolhas de nomes específicos.

**Palavras-chave:** registros paroquiais; populações indígenas; Brasil colônia; fronteira.

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa recebeu apoio financeiro de bolsas de Iniciação Científica em dois editais: CNPq (2011-2012) e UFPR/TN (2012-2013).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná, 8º período.

**Abstract:** This paper aims to analyze the naming practices in Rio Pardo, between 1755 and 1765, with a comparative view between the Portuguese-American practice, the practice of the whole Rio Pardo population and its indigenous population naming practice. For this purpose, were studied the two first books of church records of Rio Pardo: the first one (1755-1761) contains baptism records from the general population and the second one (1758-1765) contains only indigenous baptism records. There are approximately 625 records in the two books. The results show a differentiated practice for the indigenous. It is suggested the influence of Jesuit tutelage on the naming practices of the indigenous people and the maintaining of an ethnic identity partly grounded on choices of specific names.

**Key-words:** church records; indigenous people; Brazil colony; frontier.

Esta pesquisa investiga as práticas nominativas da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, localizada no atual território do Rio Grande do Sul, no período entre 1755 e 1765, a partir dos primeiro e segundo livros de batismos da freguesia. O primeiro livro contém registros batismais da população como um todo, enquanto o segundo é exclusivo para o registro de batizados de indígenas, estes oriundos majoritariamente das missões jesuíticas dos Sete Povos.

Habitavam nesta freguesia portugueses, espanhóis, escravos nativos, africanos e estes indígenas. Tendo em vista tal composição

populacional, heterogênea em relação às origens geográficas e etnográficas, buscar-se-á verificar como cada grupo procedeu em suas práticas nominativas, apreendendo pontos em comum e peculiaridades. A prática nominativa como o ato de dar ou atribuir um nome a alguém, ato este envolto em diversos significados, faz parte de um conjunto de discussões acerca do *nome* chamado de onomástica.

A onomástica, por sua vez, é um tema que remonta a alguma tradição na historiografia, principalmente se levarmos em conta a historiografia internacional, pensando aqui majoritariamente em autores franceses e italianos. Esta seção pretende apresentar o debate em torno do nome e alguns estudos onomásticos de autores estrangeiros e nacionais, para situar este trabalho dentro dessa discussão.

Martha Hameister apresenta um levantamento dos estudos onomásticos na historiografia mais recente, dando destaque para publicações francesas da década de 1980. A publicação de Dupâquier, Bideau e Ducreux (*Le prénom, Mode et Histoire* - 1984) foi importante, assim como o periódico de antropologia *L'Homme*. Outros autores

citados pela autora são Zonabend, Burguière, Collop, Segalen, entre outros<sup>3</sup>.

Mesmo que, segundo Dupâquier, estudos com nomes remontem a pelo menos 1888<sup>4</sup>, a autora da tese chama a atenção para a recente confluência de disciplinas como História, Antropologia e Ciências Sociais dos trabalhos mais recentes, o que marcaria a diferença entre estes e os estudos mais antigos.

Segundo Antônio Monteiro a publicação de Dupâquier foi seguida de outros trabalhos cuja nominação de sujeitos tem sido o alvo das investigações, citando autores franceses (P. Besnard, G. Desplanques, T. Zitoun e os já citados F. Zonabend e A. Bideau), um mexicano (A. G. Porras) e portugueses (Pina- Cabral e Robert Rowland)<sup>5</sup>.

Carlo Ginzburg, em uma publicação do fim da década de 1970 cuja tradução para o português se dá dez anos depois, chamava a

---

<sup>3</sup> HAMEISTER, M. D. Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Capítulo 2: O segredo do pajé.

<sup>4</sup> DUPÂQUIER, J.; BIDEAU, A.; DUCREUX, M. Le Prénom, Mode et Histoire: entretiens de Malher 2 – 1980. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984 *apud* MARQUES, R. S. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011, p. 102.

<sup>5</sup> MONTEIRO, A. S. Laços invisíveis: o papel da nominação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. Curitiba: UFPR, 2009.

atenção para as possibilidades de seguir pessoas em determinados espaços e tempos a partir de seus nomes

[...] se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grandes grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome<sup>6</sup>.

Por volta do mesmo período outros pesquisadores já empreendiam tal tarefa, se levarmos em conta os apontamentos de Edward Wrigley em *Identifying people in the past*, que data de 1973 e aponta questões e problemas teórico-metodológicos que parecem bem atuais. Como um exemplo desses problemas o autor aponta a presença de muitos nomes semelhantes (homônimos), o que dificultaria identificação de indivíduos em muitos casos, sendo necessário recorrer a diversas documentações e o cruzamento de informações<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_, C. (Ed.). *A microhistória e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>7</sup> WRIGLEY, E. *Introduction*. In: *Identifying people in the past*. Lundu: Edward Arnold, 1973.

Mais recentemente a revista eletrônica *Etnográficas*, de Portugal, lançou em 2008 uma série de artigos sobre práticas nominativas portuguesas na Modernidade. Entre os artigos publicados se destacam os de João Pina-Cabral<sup>8</sup>, Robert Rowland<sup>9</sup> e Nuno Monteiro<sup>10</sup>. Esta pesquisa toma o nome como objeto pessoal e social, concordando com Pina-Cabral na afirmação de que "o nome de cada um de nós é seu, mas, ao mesmo tempo, insere-nos em relações de sociabilidade que nos ultrapassam em muito e que têm poder sobre nós"<sup>11</sup>.

Circunscrevendo o nosso objeto de pesquisa ao Brasil colônia, diversos autores trabalham com o nome como objeto de investigação, entre eles Sérgio Nadalin<sup>12</sup>, Martha Hameister<sup>13</sup>, Antônio Monteiro<sup>14</sup>,

---

<sup>8</sup> PINA-CABRAL, J. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008 e PINA-CABRAL J. Recorrências antroponímicas lusófonas. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

<sup>9</sup> ROWLAND, R. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

<sup>10</sup> MONTEIRO, N. G. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

<sup>11</sup> PINA-CABRAL, J. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008, p. 5.

<sup>12</sup> NADALIN, S. O. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas, SP: ABEP, 2004.

<sup>13</sup> HAMEISTER, M. D. Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 e HAMEISTER, M. D. Uma

Nathan Camilo<sup>15</sup> e Rachel Marques<sup>16</sup>. Alguns problemas levantados por estes trabalhos a partir dos nomes incluem a construção de identidades culturais<sup>17</sup>, identidades familiares<sup>18</sup> e formação de um patrimônio familiar imaterial<sup>19</sup>.

Outro ponto em comum entre os diferentes trabalhos de onomástica é a utilização da documentação paroquial. Produzida na colônia lusa desde o século XVI, sua produção é regida desde 1707 pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>20</sup>. No caso dos registros paroquiais (utilizados neste e em muitos dos trabalhos

---

contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c.1777). In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. (Eds.). Temas setecentistas: governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

<sup>14</sup> MONTEIRO, A. S. Laços invisíveis: o papel da nominação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. Curitiba: UFPR, 2009.

<sup>15</sup> CAMILO, N. “Feliz o homem que deixa um bom nome”: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

<sup>16</sup> MARQUES, R. S. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011.

<sup>17</sup> MONTEIRO, A. S. Laços invisíveis: o papel da nominação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. Curitiba: UFPR, 2009.

<sup>18</sup> MARQUES, R. S. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011.

<sup>19</sup> HAMEISTER, M. D. Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

<sup>20</sup> DA VIDE, S. M. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

citados), as Constituições definem que devem ser feitas no seguinte padrão:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores em tal parte<sup>21</sup>.

Segundo esse mesmo documento, o batismo é a porta de entrada do indivíduo na cristandade e requisito para o recebimento dos demais sacramentos.

A possibilidade de utilização dessa documentação para a finalidade proposta neste trabalho é evidenciada pela nomeação dos agentes sociais envolvidos no ato do batismo: batizando, pais e padrinhos – em alguns casos são arrolados, inclusive, os nomes dos avós do batizando. Para João Fragoso<sup>22</sup>, essa documentação é a única disponível para se estudar história social em alguns lugares da América portuguesa.

---

21 DA VIDE, S. M. *Op. Cit.*, Título XX, § 71. Ortografia atualizada.

22 FRAGOSO, J. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Revista Topoi*, v. v. 11, n. 21, jul.-dez, p. 74–106, 2010.



A grande temática desse trabalho, a onomástica, foi buscar o material empírico na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo para o desenvolvimento de seus temas secundários, as práticas de nomação em diferentes grupos que coexistem no tempo e no espaço. No período estudado, Rio Pardo era uma região de fronteira entre as colônias ibéricas, que por muito tempo disputaram (entre guerras e tratados) a posse de territórios, em especial a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento, à margem esquerda da foz do Rio da Prata. Para dar fim a décadas de contendas pela posse de Sacramento, em 1750 as monarquias ibéricas assinaram o Tratado de Madri, pelo qual Portugal receberia a região das missões jesuíticas à margem esquerda do Rio Uruguai, fundadas entre 1680 e 1706<sup>23</sup> e entregaria Sacramento aos espanhóis. Neste contexto de disputas, guerras e acordos, a noção de *fronteira* nos interessa de maneira especial.

Para Eduardo Neumann "a formação histórica do atual Rio Grande do Sul está intrinsecamente relacionada à questão fronteiriça existente entre os domínios das duas coroas Ibéricas na América meridional"<sup>24</sup>. Entre as fronteiras existentes entre as duas coroas, o

---

<sup>23</sup> ARAÚJO, R. V. Os jesuítas dos 7 Povos. Porto Alegre: Vozes, 1986.

<sup>24</sup> NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande - Século XVIII. In: GRIJÓ, L. A. et al. (Eds.). Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 25.

autor insere uma terceira, a indígena, classificada como a fração mais exposta à expansão lusitana e por isso mesmo colocando luso-brasileiros e indígenas em frequente contato, dando destaque aos atritos entre eles. Entretanto, resgataremos noções de fronteira que tornam essa situação menos estática do que possa parecer.

Nidia Areces trabalha com o espaço não apenas no sentido territorial, mas também material, social e simbólico. Consequentemente, as fronteiras acabam sendo "expressão da dinâmica que configuram os assentamentos humanos" <sup>25</sup>. Essa referência à dinâmica fronteira norteia este trabalho. Temos em mente um lugar de contato, de conflitos, de trocas e de permeabilidades – voluntárias ou não e nem sempre conscientes, mas nem por isso menos significativa. A autora caracteriza as fronteiras de diversas maneiras – culturais, étnicas e psicossociológicas –, mas manteremos aqui uma noção abrangente, não segmentando o conceito por entender que todos estes elementos constituem a fronteira de uma só vez, de modo indissociável.

Fredrik Barth também vê as fronteiras como espaços de permeabilidade e afirma que “as fronteiras étnicas permanecem apesar

---

<sup>25</sup> Tradução livre: "*las fronteras son expresión de la dinámica que configuran los asentamientos humanos*". ARECES, N. R. Regiones y fronteras. Apuntes desde la historia. Revista Andes, n. 10, 1999, p. 7.

do fluxo de pessoas”<sup>26</sup>. O autor aponta a complexidade da manutenção de dessas fronteiras, desconstruindo a dicotomização existente entre grupos étnicos distintos, mas não isolados nem estanques. Destaca-se ainda, segundo o autor, a participação dos próprios atores sociais na definição e preservação de grupos étnicos. Os apontamentos feitos pela bibliografia levantada até aqui serão retomados em momento oportuno.

Metodologicamente, a pesquisa se baseou em um levantamento sistemático das informações contidas nos registros batismais da localidade, no período indicado, dando destaque ao nome recebido por cada batizando. Para fins comparativos foram levantados também nomes de pais e padrinhos, suas classificações sociais/jurídicas, locais de origem e a menção a títulos, cargos ou patentes. O primeiro livro da freguesia (livro para registro de batismos da população como um todo) contém 262 registros e o segundo livro (livro exclusivo para registros de indígenas oriundos das missões jesuíticas) 363, totalizando 625 registros. Dada a especificidade do segundo livro, apontada desde seu termo de abertura como exclusiva para os índios das missões, o levantamento de um e outro livro serão apresentadas de modo separado,

---

<sup>26</sup> BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 26.

como se segue. Serão trabalhados os nomes mais escolhidos no ato do batismo como forma de apreender da prática nominativa os nomes que se destacam, por sua frequência, dentro do conjunto populacional registrado.

Rio Pardo 1º livro		Rio Pardo 2º livro	
José	Maria	Miguel	Maria
Antônio	Ana	Inácio	Ana
Manoel	Francisca	Antônio	Inácia
João	Joana	Francisco	Antônia
Joaquim	Tereza	João	Madalena

1º livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

2º livro de batismos de Rio Pardo (1758-1765)

Os levantamentos feitos para os livros apontam que em ambos os cinco nomes mais recorrentes representam em torno de metade das escolhas, para os dois sexos, enquanto a outra metade das escolhas acaba por recair, em frequências variadas, em um rol de nomes relativamente extenso<sup>27</sup>.

A partir de um levantamento bibliográfico constatamos que o primeiro livro de batismos, isto é, da população da freguesia como um

---

<sup>27</sup> Por mais que os cinco mais escolhidos ocupem metade dos nomes da população, para o primeiro livro existem 35 e 48 nomes para os sexos masculino e feminino, respectivamente; para o segundo livro são 48 e 46, respectivamente.

todo, aponta para uma prática nominativa comum na América portuguesa do século XVIII, senão por pontuais alterações. Esse levantamento bibliográfico é apresentado a seguir.

Curitiba, século XVIII		Porto Alegre, 1772-1810		Rio Grande, 1750 - 1755	
Manoel	Maria	José	Maria	José	Maria
Francisco	Ana	Manoel	Ana	Manoel	Ana
José	Francisca	Antônio	Joaquina	Antônio	Rosa
Antônio	Izabel	João	Francisca	João	Antônia
João	Gertrudes	Francisco	Rita	Francisco	Francisca

Nadalin (2004)

Scott&Camilo  
(2011)

Marques (2011)

Comparando os levantamentos do primeiro livro de Rio Pardo com o encontrado na bibliografia é perceptível que José, Antônio, Manoel e João – quatro dos cinco nomes mais escolhidos nos registros do primeiro livro de Rio Pardo – estão presentes também entre os cinco nomes mais recorrentes em outros levantamentos. A única exceção é Joaquim, um dos mais escolhidos de Rio Pardo, enquanto para os outros levantamentos encontramos Francisco. Para o caso dos nomes femininos as diferenças são maiores, mas também é possível apontar muitas semelhanças entre os levantamentos. Maria, Ana e Francisca

estão em todos os levantamentos, enquanto Joana e Tereza cedem lugar a Izabel e Gertrudes (para o levantamento de Nadalin<sup>28</sup>), Joaquina e Rita (para Ana Silvia Scott e Camilo<sup>29</sup>) e Rosa e Antônia (para Marques<sup>30</sup>).

As comparações dos resultados encontrados no segundo livro de batismos de Rio Pardo, entretanto, apresentam diferenças significativas. Para os nomes masculinos temos a predominância de Miguel e Inácio, nomes que não aparecem em nenhum levantamento estudado, nem no primeiro livro de batismos, como mais recorrentes e que nesse caso são, inclusive, os dois mais escolhidos. Os nomes femininos apresentam um dado ainda mais emblemático, que é a recorrência dos nomes Inácia e Madalena. Estes nomes não só não aparecem com relevância entre outros estudos, como o último se destaca pela baixa recorrência na América lusa.

O segundo livro de batismos é exclusivo para indígenas, mas o primeiro é comum a população e registra, inclusive, indígenas antes

---

<sup>28</sup> NADALIN, S. O. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas, SP: ABEP, 2004, p. 106.

<sup>29</sup> SCOTT, A. S.; CAMILO, N. Todos os Nomes Das práticas de nomeação luso brasileiras. In: V Jornada de Estudos Genealógicos: genealogia luso-brasileira. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2011.

<sup>30</sup> MARQUES, R. S. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011, p. 107.

destes terem um livro exclusivo. Dentro do primeiro livro, então separamos apenas os nomes mais recorrentes entre indígenas, apresentados a seguir.

Rio Pardo 1º livro (indígenas)	
José	Maria
Miguel	Tereza
Antônio	Joana
Cristovão	
Francisco	

1º livro de batismo de Rio Pardo (1755-1761)

Com esse recorte percebemos que mesmo no primeiro livro de batismos, a parcela indígenas dos batizados registrados escolhe Miguel como nome com determinada frequência. Por se tratar de um recorte específico do universo amostral do primeiro livro, a recorrência desse nome (3 vezes) não parece ser tão relevante, porém nenhum indivíduo de origem não indígena foi registrado com esse nome no 1º livro, conferindo mais uma vez importância a esse dado.

Considerando a tutela jesuítica levada a cabo na região das missões a qual nos referimos, a religiosidade e a devoção jesuítica entram em pauta, pois se sugere que as escolhas dos indígenas tenha

relação com a tutela a qual estavam submetidos. No caso de do nome Miguel, em António Cardim<sup>31</sup> é possível perceber que entre os chamados "mártires do Japão", jesuítas martirizados em nome da fé católica, este também é um nome recorrente; o nome Inácio, por sua vez, um dos nomes mais escolhidos entre os indígenas registrados no segundo livro de batismo da freguesia, também aparece como um santo de grande devoção jesuítica em diversas passagens de Antônio Ruiz de Montoya<sup>32</sup>, além de ser o nome do próprio fundador da Companhia<sup>33</sup> – sua variação de gênero, Inácia, também presente como uma escolha recorrente no mencionado livro, sugere o mesmo.

Podemos aqui chamar a atenção para a situação de fronteira da região estudada, entendendo esta não apenas como limite físico, mas também como lugar de trocas recíprocas, mesmo que desiguais, entre diferentes grupos. Entre essas trocas está a apreensão, por parte dos indígenas, de um elemento e traço característico da população colonial brasileira, o catolicismo, mantido mesmo quando a tutela jesuítica se

---

<sup>31</sup> CARDIM, A. F. Elogios, e ramallete de flores borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesu: a quem os tyrannos do Imperio de Jappaõ tiraraõ as vidas. Lisboa: Manoel da Sylva, 1650.

<sup>32</sup> MONTOYA, A. R. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. 2. Ed. Posto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

<sup>33</sup> Inácio de Loyola. Ver MULLET, M. A contra-reforma. Lisboa: Gradiva, 1984.



enfraquece ou se desarticula. Por outro lado, a questão identitária relacionada à fronteira também se faz presente: a identidade indígena da população dos Sete Povos não é atribuída apenas a partir do exterior do grupo (pela designação dada pelo padre no registro, ou pelo assento em um livro específico para este segmento social ou etnia), mas também por eles mesmos, ao manter uma prática nominativa específica, ou ao associar os seus membros a nomes específicos.

### **Conclusões**

Uma conjuntura fronteiriça é sempre complexa, pois não podemos mais enxergá-la dicotomicamente. O olhar lançado sobre ela deve ser matizado e é nesse sentido que estamos tentando apreender Rio Pardo em meados do século XVIII. Não são apenas os territórios das duas coroas ibéricas que se encontravam em Rio Pardo, mas também suas gentes. Portugueses, espanhóis, africanos, indígenas e o resultado do encontro de todos eles nos confins geográficos do Mundo Moderno: essas são as pessoas que foram registradas nas páginas que permitiram levantamentos, tabelas e conjecturas, mas que viveram sem a pretensão de alcançar a longevidade que às vezes damos a elas. E o que podemos apreender – a aprender – da sociedade do passado é tão pouco diante do que deve ter sido viver no tempo em que estudamos. Nenhum estudo

pode dar conta do que foi ser parte de algo que, enfim, não existe senão pela parte que criamos dela. Mas as dificuldades não nos escusam de investigar e a investigação requer respostas.

Partimos do pressuposto que a simples ação de dar um nome a um sujeito em um ato solene carrega em si significados e implicações, para quem dá e para quem recebe o nome. Parte delas é o próprio pertencimento a um conjunto de pessoas, que de modo geral pode ser a comunidade cristã – predominante do contexto colonial ibero-americano -, mas que de modo específico pode ser circunscrito em outras esferas. O nome como um patrimônio imaterial familiar já foi aventado e propõe-se outra possibilidade: o nome como patrimônio étnico. Nem tanto pela criação de novos nomes ou a manutenção de nomes ancestrais – apesar da manutenção de sobrenomes indígenas por parte dessa população -, mas pela preferência a nomes específicos dentro de um rol grande de possibilidades.

Vimos, contudo, que a adoção do nome Miguel era comum entre os "mártires do Japão". Até que ponto a adoção desse nome por parte dos indígenas estaria influenciada pela própria tutela jesuítica de suas reduções é algo a ser considerado. Mas consideremos também as escolhas dos nomes como ação dos sujeitos, levadas a cabo, inclusive, após a desarticulação das missões da margem esquerda do Rio Uruguai.

Tutela e autonomia se apresentam como dois lados de uma mesma moeda, mas seus limites são liquefeitos.

Em suma, em Rio Pardo podemos identificar com relativa segurança o pertencimento de indivíduos ao grupo de indígenas reduzidos pelos seus nomes. Em que medida eles mesmos ou seus contemporâneos o faziam, é difícil dizer. Como processo de manutenção de uma identidade étnica um contexto mais amplo deve ser estudado: a recorrência de práticas nominativas específicas em outros grupos indígenas pode corroborar ou não essa hipótese. O mesmo pode ser considerado para uma prática nominativa jesuítica. Os caminhos para responder essas questões serão trilhados.

### **Fontes**

1º Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, 1755-1761, disponível em: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14559-7383-49?cc=2177295&wc=M97B-J7Q;n1811541806> (acesso 22/08/2013).

2º Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, 1758-1765, disponível em: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14559-5208-11?cc=2177295&wc=M97B-J77;n300607349> (acesso 22/08/2013).

CARDIM, A. F. Elogios, e ramalhete de flores borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesu: a quem os tyrannos do Imperio de Jappaõ tiraraõ as vidas. Lisboa: Manoel da Sylva, 1650.

DA VIDE, S. M. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

MONTOYA, A. R. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. 2. Ed. Posto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

### **Referência bibliográficas**

ARAÚJO, R. V. Os jesuítas dos 7 Povos. Porto Alegre: Vozes, 1986.

ARECES, N. R. Regiones y fronteras. Apuntes desde la historia. Revista Andes, n. 10, 1999.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CAMILO, N. “Feliz o homem que deixa um bom nome”: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

FRAGOSO, J. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Revista Topoi*, v. v. 11, n. 21, jul.-dez, p. 74–106, 2010.

GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_, C. (Ed.). *A microhistória e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HAMEISTER, M. D. Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_, M. D. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c.1777). In: DORÉ, A.; SANTOS, A. C. (Eds.). *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

MARQUES, R. S. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011.

MONTEIRO, A. S. M. Laços invisíveis: o papel da nomeação das crianças na formação de uma identidade cultural na Curitiba setecentista. Curitiba: UFPR, 2009.

MONTEIRO, N. G. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

MULLET, M. A contra-reforma. Lisboa: Gradiva, 1984.

NADALIN, S. O. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas, SP: ABEP, 2004.

NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande - Século XVIII. In: GRIJÓ, L. A. et al. (Eds.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PINA-CABRAL, J. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

\_\_\_\_\_, J. Recorrências antroponímicas lusófonas. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

ROWLAND, R. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. *Revista Etnográfica*, v. 12, 2008.

SCOTT, A. S.; CAMILO, N. Todos os Nomes Das práticas de nomeação luso brasileiras. In: V Jornada de Estudos Genealógicos: genealogia luso-brasileira. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2011.

WRIGLEY, E. Introduction. In: *Identifying people in the past*. Lundu: Edward Arnold, 1973.